



OS EYIGUAYEGUI-MBAYÁ-GUAICURU: CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS DA ANTROPOLOGIA

WEBER, Astor. História, CTESOP, astor@unimeo.com.br

Os índios Guaicuru, conhecidos também como índios cavaleiros - mais propriamente os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru - foram objeto de estudo de vários pesquisadores. As perspectivas teóricas desses trabalhos foram influenciadas ou por uma visão romântica (bom selvagem) ou por uma visão maniqueísta (o índio representante do bem e o europeu do mal) da história. Acredito que o índio deve ser considerado como sujeito do processo histórico² e não como um personagem heróico ou vilão da história. Portanto, considero o grupo indígena em estudo como agente ativo. Porém, tenho a plena convicção de que, como afirmou Lilia K. M. Schwarcz, *o melhor estudo etnográfico não transforma o leitor em indígena e a mais perspicaz análise histórica não garante um ticket de entrada para um século passado* (SCHWARCZ, 2000, p. 27).

Não compactuo da mesma idéia dos escritos relativos aos Eyiguayegui que privilegiam seus grandes feitos, o seu mito heróico e a sua resistência ímpar frente à conquista e colonização ibérica, apesar deles possuírem uma “história singular” - situações históricas específicas e distintas de outros grupos indígenas - nos encontros e confrontos com os ibéricos. Outros grupos indígenas também resistiram, à sua maneira, à conquista e colonização de suas terras. O que parece ser consenso entre os estudiosos é que houve uma promoção por parte dos ibéricos da desestruturação organizacional sociocultural dos grupos indígenas e da prática de um verdadeiro genocídio sobre esses índios.

Embora seja imprescindível perceber o processo de dominação colonial, não se pode também inverter a situação, construindo um tipo de índio idealizado, o que vinha sendo feita por alguns estudiosos³. No caso dos Eyiguayegui, a construção mitológica é supervalorizada.

² Assim como o antropólogo João Pacheco de Oliveira, em vez de focalizar o indígena *como relíquias vivas de formas passadas da humanidade, a proposta aqui é de considerá-los como sujeitos históricos plenos. O que significa que devem ser inseridos em eixos espaço-temporais e relacionados a conjuntos específicos de atores, com valores e estratégias sociais bem determinados* (OLIVEIRA, 1999, p. 8). A antropóloga Manuela C. da Cunha e o historiador John M. Monteiro também focalizam o índio com sujeito histórico em seus trabalhos.

³ Oliveira cita alguns intelectuais que construíram um tipo de índio idealizado, como por exemplo, etnógrafos como Nimuendaju, Wagley, Baldus e Galvão. *A representação idealizada adequa-se perfeitamente ao senso comum, de um indivíduo morador da selva, detentor de tecnologias mais*



Ao analisar a influência da política de conquista e da colonização ibérica sobre os Eyiguayegui, não se pode somente direcionar o estudo para as unidades socioculturais específicas (análise sincrônica) do grupo, pois aboliria *um nível imprescindível de análise, no qual a população indígena é tratada como uma unidade frente ao Estado e à sociedade brasileira* (OLIVEIRA, 1999, p. 125). O estudo apenas dos sistemas nativos e não da situação colonial pode levar a análise a silenciar o processo de dominação colonial impetrada pelos ibéricos, assim como a desestruturação das suas culturas.

Os Eyiguayegui fazem parte de uma série de grupos que se defrontaram com os portugueses e espanhóis na região do Chaco e do Pantanal. Todos os grupos indígenas possuem uma história singular do contato com os portugueses e espanhóis, e fizeram parte do processo histórico. Características socioculturais singulares, localização geográfica, período de encontro e confronto e outros fatores acabaram influenciando o curso de contato e modificação dessas relações. Mesmo que alguns grupos indígenas não conseguissem obter sucesso na sua ação frente aos ibéricos e outros fossem dizimados, isto não lhes tirou a condição de sujeitos históricos do processo em curso. Houve uma ação, uma resposta, seja de qual natureza for, dos grupos indígenas diante desse processo de dominação colonial impetrada pelos ibéricos.

Não pretendo de forma alguma isentar os ibéricos das atrocidades cometidas contra os índios no período da colonização. Nem concordar com a visão maniqueísta (anacrônica) e com a visão romântica do índio na história. Pretendo, assim como Oliveira, *fugir de uma idealização do passado e de uma pureza original, da naturalização da situação colonial e ainda de uma etnologia das perdas culturais* (OLIVEIRA, 1999, p. 115).

Além da visão maniqueísta e romântica, as principais fundamentações teóricas apresentadas para o estudo dos índios foram: as da dominação (o índio vítima do europeu), da aculturação (o índio incorporou elementos da cultura européia), da transfiguração étnica (mesmo participando da sociedade branca, ele se transfigura e não deixa de ser índio), da integração ou assimilação (o índio incorporar-se-á à sociedade branca) e da interrelação (houve uma fusão, troca ou mistura de elementos culturais originários entre os índios e os europeus). Mas cada cultura usufruiu e incorporou - conforme a lógica organizacional estrutural sociocultural própria - de elementos da outra cultura, interagindo com ela, mesmo porque os

rudimentares e de instituições primitivas, pouco distanciado portanto da natureza. Seguindo-se esta linha de raciocínio, traços culturais (primitividade) determinariam o que é ser um "índio", quem não se enquadrasse nessa classificação estava fora de receber os benefícios da legislação e a proteção do Estado (OLIVEIRA, 1999, p. 115).



Eyiguayegui não se adaptaram ou se integraram claramente e de modo homogêneo à situação colonial “imposta” pelos ibéricos.

John Manuel Monteiro chamou a atenção para uma nova postura acadêmica tomada por antropólogos e historiadores em relação aos povos indígenas, a partir de 1960, na Europa, e, 1980, no Brasil. Os novos estudos começaram a oferecer a oportunidade de promover

o contraponto das dinâmicas locais e regionais para se repensar tanto as abordagens estruturalistas quanto as teses globalizantes das décadas anteriores. Ao passo que aqueles que subordinavam o pensamento e a ação dos índios às estruturas inconscientes enquanto estas enquadravam as sociedades invadidas como inermes e inocentes vítimas de processos externos, a tendência geral era de minimizar, ou mesmo eliminar, os índios enquanto atores históricos. Em contrapartida, a antropologia histórica buscava qualificar a ação consciente – *agency*, em inglês – dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições de contato e dominação (MONTEIRO, 1995, p. 226-227).

Monteiro alertou também os historiadores para escaparem dos esquemas deterministas:

Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da colonização europeia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente dos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas (MONTEIRO, 1995, p. 228).

Segundo Oliveira, *a compreensão das sociedades e culturas indígenas não pode passar sem uma reflexão e recuperação críticas de sua dimensão histórica*, verificada através do processo interativo, no qual, deve-se analisar *o conjunto de relações que cada unidade sociocultural mantém com outras unidades, situadas no mesmo tempo*. Embora o processo de dominação colonial tenha se tornado visível, cada grupo indígena agiu de uma determinada forma frente a esse processo. Cada sistema nativo diferencia-se do outro. Para o pesquisador, é imprescindível perceber essa diferença. Por isso, o antropólogo Oliveira especifica a importância do *processo complexo de construção de sentido por um agente, que opera sempre com um código cultural e uma lógica específica, mas que igualmente registra, especula e traduz para os seus próprios termos a existência de outros agentes e de outras culturas* (OLIVEIRA, 1999, p. 23).

A operação de resposta cultural de cada unidade sociocultural foi importante, mas o processo de dominação colonial impetrada pelos ibéricos influenciou de forma decisiva, não somente



na tomada de ação dessa unidade cultural, mas também, na condução da história dessa unidade sociocultural. Portanto, os Eyiguayegui foram sujeitos históricos singulares que, ao entrar em contato com os ibéricos, foram sendo espremidos pelo processo de dominação colonial.

A utilização da antropologia como um dos recursos para a construção do conhecimento histórico vem ao encontro da proposta da interdisciplinariedade defendida pelos historiadores ligados aos *Annales*. Mas é preciso tomar cuidado para não compartimentalizar e isolar as ações indígenas e sua cultura da própria história, da interação com outros grupos indígenas, de outras sociedades e do processo histórico mais longo.

Para realizar o estudo sobre os Eyiguayegui, é importante estar atento às situações históricas específicas e distintas que o grupo enfrentou - alianças e conflitos -, diferenciando-se no tempo, no espaço e na situação de relação que estabeleceu com as outras sociedades. Deve-se saber, porém, que analisar a história do grupo no século XVI é diferente do que analisá-la nos séculos XVII e XVIII, e assim sucessivamente.

No período colonial, o grupo foi considerado um verdadeiro perigo para os ibéricos. Mesmo após a independência do Paraguai os Eyiguayegui continuaram a atacá-los, mas os portugueses conseguiram, no final do século XVIII, aliar-se ao grupo e, no Império, estender essa "amizade". No final do período colonial, houve uma transformação da política indigenista portuguesa em relação ao grupo. De índios inimigos, eles passaram a ser tratados como índios aliados.

O Brasil foi influenciado, desde o século XVI, pela política de conquista e colonização portuguesa e, na esteira dessa política, o interesse econômico sempre prevaleceu. Os Eyiguayegui sofreram um profundo e persistente impacto econômico e sociocultural por parte dos empreendimentos de expansão territorial dos domínios portugueses. Só restou ao grupo procurar novas áreas de refúgio, sempre enfrentando os objetivos de expansão das riquezas por parte da Coroa portuguesa. Várias medidas administrativas e jurídicas foram tomadas para que se consolidasse essa política. Com tratados de limites, tentava-se acabar com os conflitos abertos entre espanhóis e portugueses, mas estes se tornaram ineficientes. Nesse processo todo, encontravam-se os índios, emaranhados no conflito pela definição da posse de terras entre portugueses e espanhóis.

Durante o reinado de D. José I, a política de colonização pombalina, em meio aos conflitos territoriais ainda não decididos entre Espanha e Portugal, tinha como objetivo avançar sobre o norte e oeste do Brasil. A capitania do Mato Grosso, criada em 1748, foi considerada "a



chave e a defesa” do interior do Brasil. Na metade do século XVIII, admitia-se que Portugal necessitava da riqueza do Brasil para sustentar-se, tamanha a importância que a colônia passou a ter para a economia portuguesa (BETHELL, 1997, p. 477-483). Foi no século XVIII que se iniciou um período de grandes perdas para os Eyiguayegui, quando se processou o encontro e o confronto com os luso-brasileiros na Capitania do Mato Grosso e com os espanhóis na fronteira do rio Paraguai, no Pantanal; a zona de litígio fronteiro, tornou-se mais intensa.

Em vários momentos do século XVIII, foi possível perceber as imbricações históricas da ação tanto da política indigenista, representada pelo Estado português para conquistar os índios, quanto da indígena, representada pelo próprio grupo, que procurava dar respostas e reagir à política da Coroa portuguesa.

Os Eyiguayegui, nos encontros e confrontos com os ibéricos, interagiram com eles a partir de um campo de possibilidades e circunstâncias históricas específicas. Se, nos séculos XVI e XVII, obtiveram certa vantagem nos encontros e confrontos, no século XVIII, devido às circunstâncias históricas em curso, passaram a “sucumbir” diante da política de conquista e colonização ibérica. Mas isto não quer dizer que, mesmo não obtendo vantagem nessa interação, deixassem de ser sujeitos diretos do processo histórico em curso.

Os Eyiguayegui interagiram conforme seus interesses, agindo e reagindo (ao processo de conquista e colonização ibérica) de acordo com as circunstâncias históricas (campo de possibilidades) e de acordo com suas próprias características socioculturais.

No caso dos Eyiguayegui, acredito que não houve nenhum processo de dominação cultural e nem o grupo sofreu uma espécie de aculturação ibérica. A apropriação de elementos da cultura ibérica somente ocorreu, quando convinha aos índios e, mesmo assim, houve uma espécie de readaptação desses elementos pelo grupo. A ação do grupo dependia da sua organização sociocultural e das circunstâncias históricas em que se encontravam. Se, de um lado, tínhamos a política ibérica oficial tentando impor-se ao grupo, do outro lado, tínhamos a própria política indígena Eyiguayegui tentando dar respostas próprias à política de conquista e colonização ibérica.

Embora a História seja encarada como uma ciência do passado, é impossível desvinculá-la de questões que estão sendo discutidas no presente. A história dos Eyiguayegui ainda possui lacunas; ela é uma história controversa, circunscrita por fatos heróicos, por mitos de bravura e de superioridade frente aos seus inimigos (brancos e índios). Fruto de uma preocupação contemporânea de recuperar parte da história dos povos indígenas, o historiador



Fernand Braudel já afirmava que *A História é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é o estudo do social, de todo o social e, portanto, do passado; e por isso também do presente* (BRAUDEL, 1976, p. 133).

O encontro e o confronto com os luso-brasileiros provocou transformações na estrutura sócio-organizacional do grupo, assim como o Tratado de Paz de 1791. Antes do Tratado, o grupo era conhecido como o *perigo Guaicuru* e possuía uma certa hegemonia política sobre a região sul da Capitania de Mato Grosso. Ele era um inimigo comum do Estado espanhol e do português e os relatos escritos oficiais não cansavam de denunciar a sua ação guerreira e a dificuldade em conter seus ataques. Depois de 1791, as coisas parecem, aos poucos tomar outros rumos. O grupo tornou-se aliado/amigo do Estado português e os relatos oficiais passaram a elogiar a ação guerreira do grupo frente a um velho inimigo, os espanhóis. Essa aliança foi uma estratégia política importante, para que Portugal tivesse êxito na delimitação da fronteira no sul da Capitania de Mato Grosso.

Uma das pesquisas mais recentes em relação à história dos Eyiguayegui foi produzida pela historiadora Ana Lucia Herberts, em *Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. Ao todo, são seis capítulos, discutindo respectivamente as fontes de pesquisa e a história dos Mbayá-Guaicuru; neles se inserem o panorama geral, o *habitat*, a organização do espaço, a subsistência e a cultura material do grupo. Além de Herberts, merecem destaque os estudos dos antropólogos Darcy Ribeiro, Claude Lévi-Strauss, Branislava Susnik, Jaime Garcia Siqueira Júnior, Edgard de Assis Carvalho e outros.

Para pesquisar sobre os Eyiguayegui, esses antropólogos utilizaram os dados etnográficos deixados nos relatos escritos entre os séculos XVI e XIX. Na mesma medida, tal produção antropológica tornou-se fonte imprescindível à pesquisa do historiador. Dentre os antropólogos citados, Susnik destaca-se como uma das maiores autoridades que tratam das populações do Alto Paraguai, do ponto de vista etno-histórico e etnográfico.

Herberts afirmou que o trabalho de Susnik não é de cunho etno-arquelógico, mas sim etno-histórico, uma vez que utiliza exclusivamente fontes documentais escritas, *visando abordar elementos materiais que venham a auxiliar e/ou complementar pesquisas arqueológicas* (HERBERTS, 1998, p. 5).

Os estudos em torno do grupo dos Eyiguayegui, denominados Mbayá ou Mbayá-Guaicuru ou ainda de *índios cavaleiros*, valeram-se de informações colhidas nos relatos escritos entre os séculos XVI e XIX sobre a arte, a prática militar, a localização, a cultura material, o



comportamento, o hábito alimentar, a habitação e a religião. No século XX, os antropólogos colheram informações a respeito dos remanescentes do grupo, quais sejam, os Caduveo.

Os cientistas que estudaram o período eram quase todos unânimes em afirmar o iminente desaparecimento dos povos indígenas existentes no Brasil. Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro foram visitar os Caduveo e lastimaram pelo “estado lamentável” em que se encontrava esse grupo. A visita de Ribeiro em 1947-48 às aldeias do Posto Indígena Presidente Alves de Barros e ao Posto Indígena de Lalima - parte de um programa de pesquisas da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios - evidenciou sua preocupação em relação à diminuição acelerada da população Eyiguayegui, que ocorria desde o contato com os brancos (RIBEIRO, 1980, p. 17).

Foi principalmente em meados do século XX que a antropologia brasileira acreditou na tese do desaparecimento dos povos indígenas. Para John M. Monteiro, *as frentes de expansão forneciam um roteiro em que se repetia a história da destruição e “transfiguração” das etnias indígenas, ao passo que a perspectiva teórica da aculturação propunha um outro caminho para o mesmo desfecho fatal* (MONTEIRO, 1995, p. 222).

Mas a resposta foi inversa e, no final do século XX, o número de índios aumentou significativamente em muitas aldeias espalhadas pelo território brasileiro. Os Caduveo, por exemplo, que, no início do século XX, perfaziam em torno de 235 pessoas, em 1989, somavam uma população de 1.070 pessoas, entre aquelas que habitavam as fazendas da reserva e aquelas que ainda se encontravam nas quatro aldeias (SIQUEIRA, 1992, p. 277). Embora houvesse todo esse aumento da população, os problemas sócio-econômicos ainda fazem parte do cotidiano desses índios.

Esse fenômeno confirma, segundo Monteiro, a principal *voz discordante* da tese do desaparecimento, pois os próprios índios conquistaram espaço político e, ao contrário do que se pensava, não desapareceram. Os números demonstraram um crescimento da população indígena. Houve proliferação de organizações indígenas e indigenistas no Brasil desvinculadas do Estado. Como consequência dessas conquistas e sendo ele mais uma, viria o reconhecimento da instância estatal, por meio da Constituição de 1988, dos direitos históricos dos povos indígenas. No meio acadêmico, com o diálogo entre a antropologia e a história, os povos nativos estão sendo concebidos como sujeitos da história, mesmo diante dos desafios do contato e da dominação. Com isso, criou-se para a antropologia e a historiografia espaço para novas visões e perspectivas teórico-metodológicas (MONTEIRO, 1995, p. 223-226).



Os Eyiguayegui lutavam contra a possibilidade de seu aniquilamento, promovido pelos ibéricos desde o século XVI. Por lutar contra a política de conquista e colonização dos povos ibéricos, esses índios passaram a ser conhecidos como o *perigo Guaicuru*, conforme alertavam os relatos escritos do período colonial.

Os espanhóis concebiam o Chaco, região habitada pelo grupo, como um caminho necessário para chegar ao Peru, local onde encontrariam muito ouro e prata. Várias expedições espanholas começaram a se deslocar pelo Chaco, iniciando, por consequência, os primeiros enfrentamentos com os Guaicuru. É a partir daí que o grupo vai ser destacado pelos relatos escritos como o conjunto de índios *perigosos, cruéis, indomáveis, ferozes, traiçoeiros, inimigos* dos brancos.

A invasão espanhola, durante o século XVI e XVII, interferiu e modificou substancialmente a estrutura organizacional de todos os grupos indígenas que viviam na região do Chaco. Enquanto isso, no Brasil, durante os séculos XVI e XVII, os portugueses eram os principais responsáveis pela escravização e dizimação dos povos indígenas.

Pressionados pelos espanhóis, os Eyiguayegui, no final do século XVII, começaram paulatinamente a deslocar-se para a região sul do Pantanal Mato-grossense, entre os rios Apa e Miranda. Até o século XVII, a *voz discordante* do grupo imperou e sustentou-se, mas, no século XVIII, cercado e tendo que enfrentar as expedições punitivas espanholas e portuguesas, começou a perder o seu poder hegemônico.

Após a descoberta do ouro e a criação da Capitania de Mato Grosso, os Eyiguayegui realizaram uma aliança (Tratado de Paz de 1791) com os luso-brasileiros. Desse modo, o grupo passou a ser policiado constantemente pela política de conquista e colonização do Estado português. O aldeamento do grupo foi uma proposta dos governos da Capitania. A situação tornou-se muito difícil para o grupo e o declínio do seu poder hegemônico foi inevitável. Mesmo assim, o grupo conseguiu sobreviver e realizou muitos ataques incursionistas pela região. Sobreviveram alguns remanescentes desse grupo, os Caduveo.

REFERÊNCIAS

BETHELL, Leslie. **História da América Latina Colonial I**. Trad. Maria Clara Cescato. v. 1, São Paulo: EDUSP, 1997.



BRAUDEL, Fernand. “**La longa duración**”. In: La História y las Ciências Sociais. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

CUNHA Manuela C. da. **Antropologia do Brasil**: mito, história e etnicidade. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

FONTANA, Josep. Reflexões sobre a História, do além do fim da história. In: **História**: análise do passado e projeto social. São Paulo: EDUSC, 1998.

HERBERTS, Ana Lucia. **Os Mbayá-Guaicuru**: área, assentamento, subsistência e cultura material. São Leopoldo/RS, 1998. 345p. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS/RS.

LÉVI-STRAUSS. Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MALDI, Denise. **A teia da memória**: proposta teórica para a construção de uma etno-história. Cuiabá: UFMT, 1993.

MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MONTEIRO, John M. **Os negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 1º reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz., GOMES, Nilma Lino. **Antropologia e História**: debates em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIQUEIRA Jr., Jaime Garcia. **A iconografia Kadiweu atual**. In: VIDAL, Lux (Org.). Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, edusp, 1992.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na província de Mato Grosso**: conflito, trama e continuidade. Campo Grande : Editora da UFMS, 1999.